

DECRETO Nº 15

de 19 de janeiro de 2021

Designa os membros da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Jardim - MS, no uso de sua competência legal, tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 38 a 51, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 1º.

*Designar os servidores **Nyeli Simone Portela da Cunha, Alline de Barros Ibanhes, Leidiane Aparecida da Silva**, para comprar a primeira servidora acima nominada.*

Art. 2º. *Designar os servidores **Aparecida Fonseca Munhoz, Marilze Nedir alves Grubert e Audes Martins Alvarenga**, como membros suplentes da Comissão Permanente de Licitação.*

Art. 3º. *A investidura dos servidores especificados nos arts. 1º e 2º deste Decreto terá o prazo máximo de 1 (um) ano.*

Art. 4º. *Para a condução dos trabalhos a Comissão irá se reunir com o quórum mínimo de três membros, sendo obrigatório a presença de dois membros servidores efetivos.*

Art. 5º.

A Comissão Permanente de Licitação tem como função principal executar e conduzir os certames municipais.

Parágrafo único. . Exclui-se da competência da Comissão Permanente de Licitação, os processos de licitação que a critério da autoridade competente , requeiram julgamento por comissão específicas e os pregões.

Art. 6º. Comissão Permanente de Licitação está subordinada á Secretaria Municipal de Finanças e Administração, que adotará as devidas providências para o seu funcionamento.

Art. 7º.

Compete á Comissão Permanente de Licitação receber e examinar os documentos e propostas, encaminhadas á esta, bem como as respectivos julgamentos e a prática dos demais atos necessários á realização do certame, em especial:

I.

receber as minutas dos instrumentos convocatórios e anexos juntamente com o parecer jurídico da assessoria jurídica para a realização das sessões;

II.

conferir a descrição do objeto e o mapa comparativo de preços afim de evitar erros na especificação do objeto e discrepâncias de valores entre as consultas de preços;

III. aferir a formalidade dos documentos habitatórios;

IV. realizar as diligências que se fizeram necessárias para a efetivação de suas funções, bem como as determinadas pela autoridade competente.

V.

coletar amostras do objeto da licitação quando previsto no instrumento convocatório , providenciando em caso de dúvida, o seu exame pelos órgãos competentes.

VI. realizar á classificação das propostas;

VII. analisar e julgar as propostas técnicas e de preços quanto aos aspectos formais e de mérito;

VIII. receber e apreciar recursos hierárquicos com revisão de seus atos ou encaminhar para a autoridade superior em caso de manutenção dos seus atos;

IX. cientificar todos os participantes sobre eventual interposição de recursos no decorrer do certame;

X. imediatamente informar ao setor competente fato que possa configurar infração ou ilicitude durante o certame;

XI. tomar decisões sobre os casos omissos afetos ás suas atribuições;

XII. sonar dúvidas e prestar esclarecimentos aos licitantes;

XIII. encaminhar o processo integral devidamente instruído á autoridade superior para homologação e adjudicação;

XIV. solicitar parecer da assessoria jurídica do Município, quando necessário;

XV. Requisitar a participação do técnico específico do objeto licitado, quando se fizer necessário;

XVI. rubricar os documentos de habilitação e de propostas;

Art. 8º. Competente ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação;

I. convocar as demais membros efetivos ou suplente da Comissão, para as sessões e reuniões de trabalho relacionadas as atribuições da Comissão;

II. abrir, presidir e encerrar as sessões da Comissão, tornando públicos as deliberações;

III. manter a ordem e a segurança dos trabalhos, solicitando á autoridade competente a requisição de força policial, quando necessário;

IV. conduzir o processo licitatório;

V. resolver as questões apresentadas pela comissão ou licitante, quando de sua competência ou encaminha-la para a autoridade competente;

VI. requisitar as diligências determinadas pela Comissão;

VII. requisitar laudos, pareceres, assessorias e outras medidas que se façam necessárias e/ou determinadas pela Comissão;

VIII. publicar atos da Comissão;

IX. assessorar quando necessário a autoridade superior;

X. prestar as informações solicitadas;

XI. requisitar a autoridade competente os instrumentos necessários para o desempenho das funções ligadas a Comissão a qual preside;

XII. proceder a remessa do processo licitatório para a assessoria jurídica antes do envio deste para homologação e adjudicação da autoridade competente.

Art. 9º. Das competências do (a) Secretário (a) da Comissão Permanente de Licitação;

I. atender as convocações feitas pela Presidente, auxiliando na condução das sessões e das reuniões;

II. lavrar as devidas atas das sessões e reuniões;

III. credenciar os participantes dos processos licitatórios;

IV. votar nas deliberações dos processos licitatórios;

V. preparar todas os recursos eletroeletrônicos que se fizerem necessários para a realização das sessões;

VI. preparar o local de realização das sessões para receber os membros da comissão, participantes e demais interessados;

VII. redigir as correspondências, avisos e atos da Comissão;

VIII. controlar e certificar os prazos nos processos licitatórios;

IX. atender as determinações do Presidente da Comissão.

Art. 10. Das competências dos membros da Comissão;

I. atenderem as convocações feitas pelo Presidente da Comissão para participação nas reuniões e sessões;

II. votarem nas deliberações dos processos licitatórios em que tiverem participação;

III. auxiliarem o Presidente e o Secretário da Comissão em suas solicitações;

IV. substituírem quaisquer dos membros quando necessário ou solicitado, inclusive o Presidente, constando em ata a substituição.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Jardim- MS, 19 de Janeiro de 2021.

*Dra. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER*Prefeita Municipal

Decreto Nº 15/2021 - 19 de janeiro de 2021

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em